

Brasil suspende moratória até o final do ano

SÃO PAULO — O Brasil poderá chegar a um acordo preliminar a respeito da dívida externa até o dia 26 — data escolhida pelo governo dos Estados Unidos para reclassificar o débito brasileiro — e “encerrar a moratória antes do final do ano”, previu ontem o ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Sem explicar o motivo desse otimismo, ele apenas deixou transparecer que é crescente o nível de aceitação dos credores em relação às propostas alternativas brasileiras, destacando a conversão de parte da dívida em títulos. Seja como for, Bresser garantiu que o Brasil fará somente um pagamento simbólico — menos do que desejam os banqueiros — se as teses alternativas forem aceitas e se não houver imposição para que o país faça antes um acordo com o FMI.

O ministro considerou “impossível” aceitar a proposta dos credores de transformar o pagamento simbólico em uma quantia correspondente a dois meses de juros da dívida, o que representa cerca de 900 milhões de dólares. “É preciso ficar claro que, apesar do impasse, o Brasil não negocia certos pontos: só faremos um acordo desvinculado do FMI, não poremos fim à moratória antes do final da negociação e não abriremos mão do direito do país de emitir os títulos”, destacou. “O resto o Brasil negocia tudo”.

Aos que supõem que o pagamento simbólico significa o fim da moratória, ele garantiu que “isso não corresponde à verdade, pois estamos convictos de que não se pode suspendê-la antes de um acordo preliminar”. Aos banqueiros, que desejam US\$ 900 milhões de uma vez, mais os juros de cada mês de dívida vencida, também deu o seu recado: “Não faremos isso porque significaria o fim da moratória”.

Apoio — Falando para empresários em um almoço da Câmara de Comércio Britânica e Brasileira, o ministro da Fazenda fez um longo relato dos problemas causados à economia brasileira pela crise externa, pedindo

compreensão para a posição assumida pelo governo de não ceder às pressões dos credores. Depois de dizer que tal posição já tem apoio de políticos e empresários nacionais, pediu que também “os empresários estrangeiros com interesses no Brasil passem a apoiá-la.”

A dívida externa, segundo ele, é um problema que necessita de solução rápida, porque desde que ela se transformou em um problema para o Brasil e os demais países devedores, a partir de 1979, os investimentos entraram em queda abrupta. Até os países credores sofreram prejuízos com a diminuição de suas exportações para os devedores”, observou.

A transferência de recursos para o pagamento da dívida brasileira chegou a tal ponto que “equivale ao total correspondente à diminuição dos investimentos internos, o que não faz sentido para país nenhum”, reclamou.

Além disso, a dívida externa também é alimentadora do déficit público, observou, quando todos pensam que o déficit é provocado apenas pelos gastos internos do governo. Bresser só não conseguiu convencer os empresários britânicos — que também convidaram para o mesmo almoço os ex-presidentes do Banco Central, Carlos Langoni e Affonso Celso Pastore — quando disse que o déficit público não é um dos grandes fatores inflacionários do país.

Sentado à uma mesa distante do ministro, o presidente do Libra Bank, Igor Cornelsen, disparou: “Após ouvir isso, saio daqui mais assustado do que estava quando entrei”.

Ao responder às perguntas dos empresários, Bresser negou que esteja pensando em novo congelamento de preços — “estamos saindo de um agora, como poderíamos pensar em outro?” — e procurou transmitir otimismo para os que ainda estão indecisos em voltar a investir no Brasil. “Vamos inclusive acelerar o processo de reajustamento dos preços que ainda estão atrasados”, garantiu.